

(2010) *HINTZE RIBEIRO, 1849-1907.*
DA REGENERAÇÃO AO CREPÚSCULO DA MONARQUIA:
ACTAS DO COLÓQUIO EVOCATIVO DO 1.º CENTENÁRIO DA SUA MORTE.
ANGRA DO HEROÍSMO, DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA.

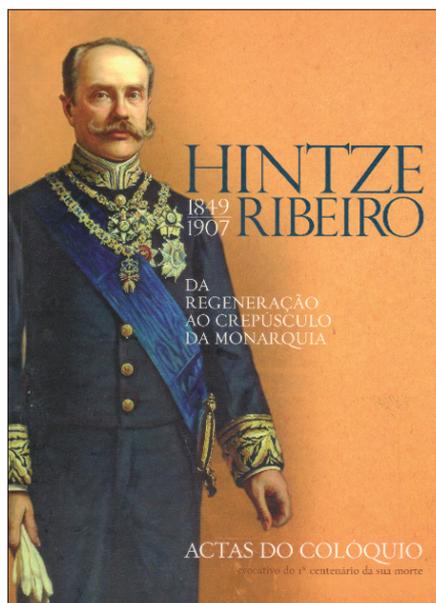
Susana Serpa Silva – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

Cumpre-me começar por agradecer o amável convite que me foi dirigido pelo Director da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Prof. Doutor Carlos Riley, com o intuito de proceder à apresentação das Actas do Colóquio Evocativo do 1.º Centenário da Morte de Hintze Ribeiro. É para mim uma honra, que registo com enorme satisfação, poder dar a conhecer ao público este trabalho colectivo que, doravante, passará a estar à disposição de todos quantos, por gosto pessoal ou interesse profissional, poderão vir a adquiri-lo ou a consultá-lo.

Todavia, não sendo habitual fazer a apresentação de uma obra na qual colaboramos, tal incumbência só se pode justificar – perdoem-me a imodéstia – por ter estado associada aos vários eventos científicos que se realizaram por ocasião da efeméride assinalada: a exposição documental e iconográfica, que esteve patente ao público nas instalações desta Biblioteca e Arquivo, o documentário transmitido pela RTP-Açores e, por fim, o

Colóquio que hoje fica imortalizado com a publicação das Actas em apreço. De resto, o leque de personalidades que poderiam ou deveriam estar aqui, no meu lugar, é vastíssimo e, certamente, todas elas com créditos mais avultados que os meus.

Mas, passemos ao cerne da questão. Em boa hora a Presidência do Gover-



no e a Direcção Regional da Cultura, em colaboração com o Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, decidiu evocar, no decurso do ano de 2007, a vida e a obra de dois ilustres açorianos, com projecção nacional e internacional e verdadeiramente incontornáveis na compreensão da História do Portugal oitocentista: o faialense António José de Ávila, o Duque de Ávila e Bolama e o micaelense Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. De facto, as Actas que hoje divulgamos e que nasceram do Colóquio homónimo, realizado em Ponta Delgada, em Novembro do referido ano, são fruto dessa louvável iniciativa que, neste caso particular, permitiu a diversos investigadores aprofundar, reflectir e debater o papel e o legado do político e estadista micaelense, fazendo perpetuar – sobretudo entre as gerações mais novas, como se esperava e se espera – a memória de Hintze Ribeiro.

Em conformidade com o programa do Colóquio que consta, aliás, do início do volume, toda a obra segue a ordem de trabalhos então planificada, iniciando-se com a conferência proferida, na sessão solene de abertura, por Miriam Halpern Pereira e terminando com a conferência de encerramento então a cargo de Valentim Alexandre. Ambos nomes consagrados no âmbito da historiografia contemporânea

portuguesa mereceram, pois, lugar de destaque.

De permeio, deparam-se-nos dezasseis comunicações de vários historiadores e filósofos de universidades do continente e também da academia açoriana, que abordaram uma grande amplitude de temáticas, associadas à figura de Hintze ou ao tempo em que viveu e governou. O pensamento, a questão religiosa, a educação e a imprensa, a política partidária, enfim, os Açores e a vida pessoal de Hintze são assuntos que preenchem, com o devido rigor científico, as cerca de 290 páginas de texto.

Aproveitando o ensejo desta apresentação iremos revisitar alguns momentos da sua biografia relevando, para o efeito e sempre que se afigure oportuno, passagens ou excertos dos diferentes artigos que passamos a divulgar.

A conferência de abertura intitulada “Nação, Cidadania e Religião nos séculos XIX-XX (1820-1910)”, abrange conceitos e problemáticas de grande relevância para a conjuntura oitocentista, mas ao mesmo tempo, sempre prementes e transversais às civilizações hodiernas. O texto, de pendor analítico e de aturada interpretação pessoal, com base em legislação e vasta bibliografia, destaca “dessa dimensão histórica, variável na longa duração, tanto na Europa, como em Portugal” (p. 13) as relações entre o

estado e a religião, desde o vintismo à implantação da República, – com esparsas incursões no nosso tempo – afluindo, pois, um período já conturbado no âmbito das questões e sensibilidades religiosas, como aliás, se fez ecoar durante os períodos de governação de Hintze Ribeiro.

É neste sentido que se perfilam as comunicações dadas ao prelo por Vitor Neto e Ernesto Castro Leal. O primeiro, numa síntese de um subcapítulo da sua tese de doutoramento, intitulada “Hintze Ribeiro e a crise religiosa de 1901”, aborda a controvérsia em torno do problema congreganista que se agravou, em inícios de novecentos, com o célebre caso Calmon, protagonizado por Rosa Calmon, filha do cônsul do Brasil. Se durante o período inicial da Monarquia Constitucional as opiniões confrontavam-se entre a defesa da restauração das ordens religiosas masculinas e a contestação a lógicas organizativas incompatíveis com o individualismo liberal, na segunda metade da centúria avultaram as cedências a favor da Igreja que culminariam com a legalização das congregações religiosas, não monásticas, pelo “líder político conservador e autoritário, Hintze Ribeiro”, “ainda que mantivesse algumas restrições em relação à existência destes institutos” (p. 59). Contrariando o anticlericalismo urbano, Hintze instigaria uma

onda de protestos configurada em manifestações e em incendiários artigos da imprensa mais radical que o levariam a defender, com confessado pesar, mas no âmbito “de uma política conservadora e musculada” a necessidade de “reprimir o abuso da liberdade” ou os “abusos dos estudantes” (p. 63). Castro Leal em comunicação intitulada “Hintze Ribeiro, Quirino de Jesus e a *questão das Congregações em 1901*” segue a mesma problemática, em estudo de maior ineditismo, que toma como ponto de partida um artigo de Quirino de Jesus publicado na revista *Seara Nova*, de 1925, evocativo do “combate católico militante de 1901” (p. 67). O ressurgimento desta temática não se dera por mero acaso, mas num ano de grande agitação política nacional que redundou na “tentativa revolucionária falhada de 18 de Abril de 1925”, mais precisamente a data de um dos decretos de Hintze Ribeiro, de 1901, que mereceu então especial destaque, não obstante não ter logrado alcançar “uma pacificação institucional e pública do problema político e religioso” (p. 76). Ainda no âmbito da história religiosa e clerical, Susana Goulart Costa dedicou a sua intervenção à “Diocese de Angra no tempo de Hintze Ribeiro”. Foi seu objectivo indicar algumas pistas sobre a referida Diocese que, em sua opinião, “merecem investigações mais pormenorizadas no futuro,

aceitando o desafio que consiste em averiguar como as crispações que se observaram em Portugal continental, (...), se expressaram nos Açores, vulgarmente considerados como um espaço relativamente monolítico do ponto de vista religioso” (p. 78). Por conseguinte, salientou, a propósito, as polémicas missões dos jesuítas, vindos para a ilha de S. Miguel a convite do bispo D. Frei Estêvão de Jesus Maria, já analisadas por Maria Fernanda Enes e em diversos opúsculos de oitocentos.

Se a religião concitou, pois, a atenção de alguns dos participantes do Colóquio, na sequência das suas áreas de interesse ou de especialização, o papel da educação, dos ideais, bem como o desempenho da imprensa, também ocuparam um importante espaço nos trabalhos do evento agora perpetuado em Actas. “O sonho liberal da Educação: formar o cidadão como homem e o homem como cidadão” foi o título da comunicação de António Simões Rodrigues, confirmando a passagem do mito da infância ao mito liberal da educação “entendida como alicerce onde vai assentar a evolução da sociedade, como via de construção do homem moderno” (p. 47). De facto, no decurso da Monarquia Constitucional foram inúmeros os projectos de reforma da instrução pública e de melhoria, tanto quanto possível, do parque escolar (legado do Conde Fer-

reira), interferindo Hintze Ribeiro em algumas iniciativas legislativas tentando, por exemplo, “definir regras para limitar os exageros dos castigos corporais” (p. 51). Os avanços nas ciências da educação enquadravam-se, pois, numa centúria determinada na exaltação dos valores da mudança, do progresso e da civilização que se encontram na esteira de “O Positivismo e os ideais de modernização do País”, temática tratada por José Luís Brandão da Luz na sua intervenção e que passo a citar: “o deslumbramento pelas conquistas do conhecimento científico e o entusiasmo pelos resultados da sua aplicação tecnológica, numa economia que se industrializava, tomaram conta das novas gerações, perfeitamente convencidas de que viviam um tempo de profundas mudanças sociais e de uma nova ordem política em que queriam participar” (p. 36). À parte mais ilustrada da sociedade portuguesa de então não passavam despercebidas a filosofia de Comte e de Spencer, as descobertas de Darwin, os estudos de Littré, de Huxley e de tantos outros.

Importante contributo na divulgação pública das novas conquistas e dos ideais emergentes coube à imprensa periódica oitocentista aflorada, neste volume, em duas perspectivas diferentes, mas que consideramos complementares. Isabel Nobre Vargues fala-nos de “Caricatura e Política no

tempo de Hintze Ribeiro”, evocando, em artigo profusamente ilustrado, os tempos de combate político-partidário plasmado na mestria bem-humorada, irônica e contundente da imprensa caricaturista. Fontes Pereira de Melo, Hintze Ribeiro, José Luciano de Castro, os respectivos elencos governativos, acrescidos de cenas da vida parlamentar, ou da situação quotidiana do país mereceram a ilustração crítica de um jornalismo muito particular pelo seu modo de intervenção e de construção da memória.

José Miguel Sardica apresenta-nos “O ‘Quinto Poder’. Imprensa e Opinião Pública na Época de Hintze Ribeiro”, centrando-se na função e impacte do jornalismo na sociedade portuguesa finissecular, bem como na relação do político micalense com a imprensa do seu tempo. Para este historiador “apesar de ser da mesma geração dos intelectuais, jornalistas e agitadores da opinião pública que deram corpo à “vida nova” no fim do século, Hintze Ribeiro esteve sempre longe do tipo de inconformismo iconoclasta, democrático ou republicano, que fazia as manchetes da imprensa da sua época. Todas as descrições que nos chegaram do estadista açoriano convergem na imagem de um homem sereno, reservado, formal, pouco expansivo e pouco afectivo, para alguns, frio, hirto, duro, empertigado e rígido, para outros. Chamavam-lhe

‘o homem que nunca ri’ e puseram-lhe a alcunha de ‘casaca de ferro’. A ascendência germânica fez dele um político sempre contrário a exageros, muito crítico da impaciência, do radicalismo e das utopias, (...)” (p. 115). A sua personalidade e fidelidade quase cega ao regime terão mesmo impedido a sua ligação à imprensa. “Hintze Ribeiro nunca existiu pelos jornais, nem nunca governou *para* os jornais ou *com* os jornais” (p. 117). De facto, a sua relação com o jornalismo terá sido formal e discreta, vigilante, desconfiada e, sobretudo, repressiva se os objectivos editoriais eram de tendência e propaganda republicanas.

Pela mesma linha de conduta pugnou o estadista no tocante às práticas do jogo. Sob o título “Hintze Ribeiro e o ‘jogo de fortuna ou azar’”, Irene Maria Vaquinhas que desenvolveu as suas provas de agregação em torno desta problemática, já editada em livro, demonstra – com base em documentação do Fundo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (ERHR), depositado neste arquivo público – que o conselheiro micalense insistiu sempre no seu controlo e repressão, não tendo, porém, logrado extinguir este vício, por via legislativa, em virtude da incapacidade das autoridades em enfrentarem interesses e hábitos instalados. À maneira de um século favorável à manutenção de paradoxais dualismos

e aparências, o jogo, tal como a vida meretrícia, oscilou sempre entre a proibição e a tolerância.

A governação, a política e os partidos não poderiam, de modo algum, ficar arredados de um evento científico dedicado a Hintze Ribeiro. A centralidade destas questões está directamente relacionada com o seu próprio percurso e carreira que teve início com a eleição, como deputado, pelo círculo da Ribeira Grande, em 1878. Destacando-se como parlamentar, pela eloquência da sua oratória, seria nomeado Par do Reino e alcançaria cargos públicos de máxima relevância, como os de Procurador-Geral da Coroa, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, Ministro dos Negócios Estrangeiros, das Obras Públicas e das Finanças, chefe incontestado do Partido Regenerador, assumindo, por três vezes, a Presidência do Conselho de Ministros, em época de turbulência política e de crescente afirmação da facção republicana.

Paulo Jorge Fernandes debruçou-se sobre o período de 1879 a 1887, em artigo intitulado “Hintze Ribeiro e o Liberalismo Conservador”. Acompanhando o percurso pessoal e político deste açoriano, retrata as razões das suas escolhas partidárias e as primeiras funções governativas, enquadradas em contextos de contestação e polémica inerentes à conjuntura épica. A sucessão na liderança do Par-

tido Regenerador terá sido, para este historiador, uma consequência da sua “competência e seriedade” (p. 99), da consideração que granjeara junto de Fontes Pereira de Melo, cujo falecimento fez desencadear uma crise de liderança no partido. Apesar de Hintze não ter sido a escolha imediata para suceder ao chefe, desde logo muitos terão reconhecido, face à sua experiência e habilidade política, o seu futuro lugar na hierarquia dos regeneradores e na vida política portuguesa.

Focado na realidade política açoriana, e sobretudo micalense, na sequência dos estudos e da investigação que tem privilegiado, Carlos Cordeiro publica nesta Actas a sua comunicação intitulada “Entre os Navegantes e a Rua da Emenda: o Partido Progressista de São Miguel e o Franquismo”. Partindo do movimento autonomista que culminou no decreto de 2 de Março de 1895, promulgado por executivo liderado por Hintze Ribeiro, o objectivo fulcral do historiador foi o de explicar as dificuldades inerentes a este processo que acabaria mesmo por acirrar as divergências políticas entre autonomistas, progressistas-autonomistas e regeneradores. No geral, “as decisões positivas do governo de Hintze relativamente ao distrito de Ponta Delgada não eram vistas, à excepção dos regeneradores locais, como favores desinteressados de um

patrício que pretendia beneficiar a sua terra natal” (pp. 201-202). Estas eram as vicissitudes de ser, além de chefe do governo, líder partidário. Daí que a nomeação de João Franco tenha suscitado algum entusiasmo por parte de Raposo de Amaral, chefe local dos progressistas, que no decurso das viragens políticas do seu tempo, não se livrou do epíteto de “pau de dois bicos” pelas simultâneas tentativas de ser fiel ao partido, mas também ao que considerava ser os interesses insulares.

Na verdade, na época em causa, a defesa e a salvaguarda dos anseios e ambições dos açorianos constituía a pedra de toque de todas as forças partidárias representadas localmente. Apesar da distância face à terra natal, o próprio Hintze, enquanto governante, não descurou os assuntos e a promoção das ilhas, mantendo, tanto quanto possível, uma forte ligação pessoal e institucional com o arquipélago e a ilha de S. Miguel, em particular, como, aliás, se pretendeu demonstrar na intervenção “Hintze Ribeiro e os Açores”. Aqui nascera a 7 de Novembro de 1849 e daqui partira, muito jovem, para Coimbra a fim de completar o curso do Liceu e ingressar na Faculdade de Direito da respectiva Universidade. Obtido o grau de doutor, com distinção, regressou à ilha natal onde casou, em 1873, com D. Joana Rebelo Chaves. Mante-

ria banca de advogado até 1877, ano em que decidiu transferir residência e consultório para Lisboa. Singrando então na vida pública, não deixou de se manter associado aos Açores, através de questões económicas e culturais, por intermédio do processo de instalação do cabo submarino, dos serviços de meteorologia e, em especial, pela organização e empenhamento em torno da memorável visita régia de 1901.

Curiosamente, Hintze faria o percurso inverso ao de seu pai que sendo oriundo do continente, viera fixar-se em Ponta Delgada, depois de uma passagem pelo Brasil. “Manuel José Ribeiro: o pai de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro” é precisamente o título da comunicação de Fátima Sequeira Dias. No domínio da história económica e social, em que se especializou, e com base no Fundo Notarial de Ponta Delgada, consegue reconstituir o percurso da vida pessoal e profissional do progenitor do político e estadista que, todavia, dado o seu precoce falecimento aos 62 anos de idade, não assistiu à progressão e ao sucesso da carreira do filho. Designando-o como um *self made man* (p. 210), a historiadora procura contextualizar a vinda deste empresário de Guimarães para a ilha de S. Miguel, justificando a ascensão dos seus multifacetados negócios, a acumulação da sua fortuna, nomea-

damente em bens imóveis e, por fim, a grande contrariedade dos créditos mal parados que afectariam os seus herdeiros. “Ao longo dos trinta anos de actividade creditícia, Manuel José Ribeiro emprestou quase sete vezes mais dinheiro do que aquele que conseguiu reaver” (p. 221).

Ainda no âmbito da historiografia económica e social, o artigo designado “Os Açores como epicentro: dimensões e construção da globalização do século XIX”, da responsabilidade de Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, consiste numa bem enquadrada síntese, baseada especialmente na leitura de restrita bibliografia, a pretexto da internacionalização das ilhas, no seio do paradoxal binómio da realidade periférica *versus* aproximação ao mundo, por via da economia da laranja, dos transportes e navegação atlântica, da emigração e da modernidade das ligações telegráficas propiciadas pelo cabo submarino.

São estes sinais do tempo e da vivência insular que coincidiu com a vida e a obra de Hintze. A conferência de encerramento, precisamente intitulada “Hintze Ribeiro e a sua Época”, faz ressaltar o seu protagonismo político na medida em que, segundo a brilhante análise de Valentim Alexandre, “passaram pelas suas mãos algumas das mais candentes questões do último período da Monarquia Constitucional” (p. 281), a saber: a dos

“melhoramentos materiais”, a seu cargo enquanto ministro das Obras Públicas; a das finanças que dirigiu como ministro da Fazenda e, mais tarde, em acumulação com a presidência do Conselho de Ministros e, por fim, a do Império com que teve de se defrontar, após o *Ultimatum* de 1890, já na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros. Estas questões paradigmáticas não só marcaram o futuro político de Hintze, como ditaram a sorte do regime que serviu com zelo e convicção. “Homem do sistema” como classifica o conferencista, foi o “fiel defensor de uma monarquia agonizante” (p. 288), por ventura com alguma responsabilidade na crise, mas muito mais vítima dela.

Por entre uma sucessão alternada de triunfos e desastres, o percurso de vida do estadista acompanhou os alvares da Regeneração até ao crepúsculo da Monarquia, num itinerário paralelo e participante das vicissitudes do regime. Em 1906, depois de desfeita a última experiência rotativista, Hintze Ribeiro não só perdeu a chefia do governo a favor do dissidente João Franco, como presentiu com acutilância e acrisolado desencanto, — talvez como nenhum outro político monárquico — o fim trágico do regime de que era apologista convicto. Assim, em 2010, ano em que se publica este livro e se comemora o

centenário da implantação da República em Portugal, não é um despropósito falar de um político como Hintze Ribeiro, justificando-se, por exemplo, também nestas actas, o artigo de Luís Reis Torgal “Em tempo de cisões partidárias. António José de Almeida e o combate unitário e ‘nacionalista’ pela República”. A 1 de Agosto de 1907 o trágico e precoce falecimento de “um dos últimos velhos defensores da Monarquia Constitucional” terá sido quase um fatídico prenúncio da sua eminente queda em virtude de uma desagregação há muito desencadeada, através de crises e dissidências partidárias que os republicanos souberam aproveitar, fazendo avultar a República como única e inevitável solução.

“A morte de Hintze Ribeiro”, destacada por Carlos Guilherme Riley não é assunto em nada despiciendo, constituindo, de facto, um “episódio intenso e vibrante”, pelo seu simbolismo dramático e “retumbante eco” nas primeiras páginas dos jornais. Hintze feneceu, em pleno cemitério do Alto de S. João, por ocasião do funeral do Conde de Casal Ribeiro, em clima de desencanto e renunciando a morte da própria Monarquia. Como refere o autor, citando Anselmo Assis de Andrade, “a demissão do ministério de Hintze Ribeiro foi a portadora da República” (p. 248). Entre o seu afastamento e ausência no estrangeiro,

por motivos de saúde, e a síncope que o fulminou no cemitério, parecia ter ocorrido uma morte em câmara lenta que, de política, se tornou física. Segundo Carlos Riley “morreu fardado, e a ninguém podia calhar melhor essa cénica ‘morte em combate’ do que a Hintze Ribeiro, cuja vida foi quase toda devotada à governação e à luta política” (p. 258).

A Morte “única, necessária e absoluta certeza da existência humana” (p. 259), realidade “que desde sempre espantou o homem dando-lhe consciência da sua finitude física e fomentando a esperança da sua imortalidade” (p. 259) foi sempre entendida como limite, mudança ou começo, conforme refere, sábia e filosoficamente, Maria Gabriela Castro em “A Morte como o sentido da Vida”. Mas, qual a razão desta leitura e abordagem da última experiência que ao homem é dado viver? Na evocação do 1.º centenário da morte de Hintze Ribeiro, conforme nota a autora, o que se pretendeu, afinal, foi “encontrar o sentido da sua existência, descobrindo o que deu sentido à sua própria vida” (p. 265). E é essa, aliás, a grande função da História e da memória que só se podem compreender depois de cumprido e encerrado um destino...

A finalizar esta apresentação, que esperamos tenha sido o mais completa

e transversal possível, não podemos deixar de lamentar, por um lado, a ausência de um texto introdutório ao conjunto de artigos que compõem as actas e, por outro lado, a impossibilidade, por parte de alguns convidados e participantes do Colóquio, de entregarem as suas comunicações para publicação. Estamos certos de que esta obra colectiva teria ficado ainda mais enriquecida e aprofundada, não obstante o enorme interesse e importância que encerra, como esperamos ter conseguido demonstrar. Este livro representa, em nosso entender, um relevante contributo para um melhor conhecimento da vida, da obra e da época de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, cujo arquivo pessoal, depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, merece e aguarda mais consulta e pesquisa de investigadores e académicos. SUSANA SERPA SILVA